

EDITORIAL

A Revista Jurídica nº 31 vem com a responsabilidade de modificar a periodicidade de nossa publicação para trimestral. Desta forma, a dinamicidade de nosso periódico aumenta bem como a reflexividade e a capacidade de interlocução com os leitores.

Algumas contribuições nacionais prestigiam mais uma vez nosso Programa de Mestrado com o foco na Cidadania Empresarial e autores latino americanos nos brindam com suas perspectivas teóricas e críticas.

Pela primeira vez, da mesma forma, experimentamos uma publicação que será, aos moldes de Revistas Europeias de renome, uma publicação que inclui artigos que são apresentados em partes, tendo em vista a complexidade da discussão conduzida (vide artigo do Prof. Antonio José Avelãs Nunes).

Nossa qualificação passou de B5 para B3 fato que nos traz a responsabilidade da manutenção da qualidade e excelência de nossa Revista Jurídica.

As contribuições internacionais são as seguintes:

O Professor Jubilado da Universidade de Coimbra, Portugal, Doutor Antonio José Avelãs Nunes, no artigo *O neoliberalismo, o ataque ao estado social, os perigos do "fascismo de mercado"*, aponta para um futuro, a partir da análise. O referido artigo foi escrito de forma inédita, em homenagem a Professora Doutora Aldacy Rachid Coutinho, da Universidade Federal do Paraná.

A Professora Doutora Graciela Ruocco, da Universidade Católica do Uruguai, no artigo *Responsabilidad Del Estado por incumplimento de la sentencia anulatória*, discute a responsabilidade do Estado pelo não cumprimento de sentença anulatória tendo como eixo fundamental a responsabilidade do Estado Administrador.

O Professor Mestre Juan M. González Moras, da Universidade Nacional La Plata, Argentina, no artigo *Dimensión contemporánea del principio de subsidiariedad estatal*, busca discorrer sobre a possibilidade de reflexão da extensão contemporânea do princípio da subsidiariedade a partir das dimensões históricas e fundamentais.

A Advogada e Mestranda em Direito na Universidade do Porto Marta Borsoi, no artigo *Da influência do Direito Romano e do Direito Germânico na concepção do negócio fiduciário moderno* traz a análise dos aspectos históricos relacionados aos negócios fiduciários, especialmente aqueles que desempenham função de garantia.

As contribuições nacionais são as seguintes:

A Doutoranda em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e Professora assistente da Universidade Estadual do

Piauí Adeilda Coêlho de Resende no artigo *Cidadania no Brasil – repensar a reforma, reformar o pensamento* apresenta a reflexão acerca da cidadania e os desafios para a construção desse conceito na realidade brasileira, sua relação com a educação e o acesso à Justiça pela população menos favorecida economicamente, nos serviços da Justiça Itinerante.

O Professor Doutor Antonio Carlos Wolkmer, da Universidade Federal de Santa Catarina, no artigo *Introdução aos fundamentos de uma teoria geral dos “novos” direitos* argumenta que devido aos impactos provenientes do “espaço-tempo mundial” (problemas ambientais e na mundialização da economia), se presencia uma crise na cultura jurídica, vive-se o deslocamento de modelos de fundamentação e a transição para novos paradigmas de conhecimento, de representação institucional e de representação social. As novas necessidades e conflitos precisam de “novas” formas de direitos que desafiam e põem em dificuldade à dogmática jurídica tradicional, seus institutos formais e materiais e suas modalidades individualistas de tutela.

Hector Cury Soares Doutorando em Direito Público pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professor assistente da área de políticas públicas na Universidade Federal do Pampa, no artigo *Políticas públicas sociais e controle de constitucionalidade: diálogos luso-brasileiros* apresenta, de forma sucinta, como é realizado o controle de constitucionalidade de políticas públicas sociais no Brasil e em Portugal. São investigadas as posições de três autores portugueses, centrais para o tema: José Carlos Vieira de Andrade, Jorge Reis Novais e José Joaquim Gomes Canotilho.

A Professora Mestre da Universidade Regional Integrada do Alto do Uruguai e das Missões Luthianne Perin Ferreira Lunardi e o Professor Doutor da Universidade Regional Integrada do Alto do Uruguai e das Missões Florisbal de Souza Del’Olmo, no artigo *A evolução dos direitos de cidadania* trazem as primeiras noções do conceito de evolução dos direitos de cidadania na Idade Antiga e Medieval; a formação da cidadania moderna, com as ideias iluministas e a Revolução Francesa; a transição da cidadania, do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito; bem como as principais concepções de cidadania na modernidade.

O Juiz de Direito no Tribunal de Justiça do Maranhão e Doutor pela Universidade de Burgos Manoel Matos de Araujo Chaves no artigo *O processo eletrônico e o peticionamento eletrônico* propõe que, a partir da reforma estrutural no Direito Processual decorrente do processo eletrônico, as petições, contestações e recursos sejam realizados mediante o estabelecimento de determinado número de campos, com número de caracteres limitados, para a formulação das alegações fáticas, fundamentos jurídicos e pedidos.

Os professores da Universidade Federal do Rio Grande/RS, da Faculdade de Direito, respectivamente os Doutores Eder Dion de Paula Costa, José Ricardo Caetano Costa e a Professora Mestre e Doutoranda da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Sheila Stolz, no artigo *a Tutela dos direitos da personalidade nas relações de emprego* argumentam que a violação da intimidade, vida privada, honra e imagem dos empregados e a respectiva indenização pelos danos morais, são situações claramente

passíveis de ocorrência no âmbito das relações de emprego. O assédio moral cria um ambiente de trabalho hostil uma vez que invade a esfera da vida íntima e profissional do empregado, ferindo seus direitos de personalidade, com graves consequências à sua integridade físico-psíquica.

As contribuições regionais são as seguintes:

Os Professores Especialistas da Escola da Magistratura do Estado do Paraná e do Centro Universitário Curitiba, Alysson F.J. De Lara e Márcio de Gois, no artigo *A amplitude do bem jurídico no delito de lavagem de capitais: limites de subsunção normativa* apresentam a necessidade de se observar efetiva ofensa (lesão ou perigo de lesão) a bens jurídicos dotados de especial significância penal, cuja delimitação deve se encontrar certa e precisa, para que tal concepção material do crime possa justificar a intervenção penal.

O Professor Especialista pela Uniderp/Anhanguera, Daniel Angelo Passaia, no artigo *O instituto da citação: reflexos no processo civil contemporâneo* pretende traçar um breve estudo sobre a estrutura do ato jurídico de citação no processo civil, abordando o conceito nuclear do mesmo, bem como, suas peculiaridades, seu excesso literal normativo, em especial a discussão sobre o afastamento de seus reflexos na formação do processo e intervenção com a defesa processual, para sua acomodação qualificativa doutrinária.

A advogada e Especialista pelo Centro de Estudos Jurídicos/OPET, Priscila Claudia de Oliveira Pereira, no artigo *Subordinação e autonomia nas cooperativas de crédito: controvérsias acerca do grupo econômico trabalhista* utiliza a discussão contemporânea do cooperativismo e as mudanças legislativas bem como as discussões de seu englobamento pela Constituição Federal como parte de um sistema financeiro.

O Doutor em Economia e Pós-doutor Vinicius Klein, no artigo *o financiamento de longo prazo e o mercado de capitais no Brasil: uma visão histórica a partir do exemplo dos fundos 157* discute o modelo de financiamento que é fundamental nas estratégias de desenvolvimento econômico, pois minimiza a vulnerabilidade externa, afastando-se de um crescimento financiado exclusivamente com poupança externa.

Os professores do Centro Universitário de Curitiba contribuíram com os seguintes trabalhos:

O Professor de Filosofia e Mestrando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Edimar Inocêncio Brigido, no artigo *Hobbes e Rousseau: o contratualismo como pressuposto para o Poder Estatal* tem como escopo a argumentação de que embora Hobbes e Rousseau caminhem por direcionamentos opostos, ambos tem em comum o objetivo de elaborar uma compreensão metodológica para provocar um questionamento dos valores e regras das sociedades da mesma época.

O professor Mauricio Timm do Valle de Direito Tributário e do Direito Processual Tributário e o estudante do curso de Direito e monitor da disciplina de "Direito Tributário I" no Centro Universitário Curitiba Shailan Harsadbhai

Patel, no artigo *Os métodos de preços de transferência no Brasil*, descrevem os métodos utilizados para medir os preços de transferência de bens e serviços (tangíveis e intangíveis) entre empresas associadas no Brasil. Utilizam-se do estudo das diretrizes e das legislações internacionais, como as orientações de preços de transferência da OCDE.

Os professores do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania contribuíram com os seguintes artigos:

O Juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e Professor Doutor Eduardo Milleo Baracat juntamente com o Mestrando Cláudio de Fraga, no artigo *A gravação clandestina de conversa telefônica e a sua utilização como meio de prova judicial* argumentam que doutrina e jurisprudência apresentam o princípio da proporcionalidade como meio de equacionar o problema da utilização de provas obtidas por meio ilícito, devendo ser analisado a cada caso concreto em seus aspectos singulares, para que, após longa ponderação acerca do caso, possa o julgador aplicar adequadamente os princípios, e buscar fazer a justiça.

O Mestrando Marco Antonio Lorga e o Professor Doutor Fernando Knoerr no artigo *a atividade de fomento para as micro e pequenas empresas e o princípio da isonomia* apresentam o importante papel do Estado na atividade de fomento para as micro e pequenas empresas e os suas dimensões de sujeição quanto ao princípio da isonomia a luz da obra do Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello.

O Professor Doutor José Edmilson de Souza-Lima e a mestranda Karlla Maria Martini, no artigo *A contribuição do código de defesa do consumidor para a defesa e preservação do meio ambiente* propõem tornar visível como o direito do consumidor à informação, ao incorporar preceitos socioambientais relativos aos produtos e serviços, pode contribuir para a efetivação da missão do novo Estado de Direito Socioambiental, por meio do consumo consciente e sustentável.

O Professor Doutor Marcos Alves da Silva e a Professora Doutora Viviane Coêlho de Séllos Knoerr, no artigo *Responsabilidade social da empresa e subcidadania pautas para uma reflexão de índole constitucional* trazem por objetivo o levantamento de algumas pautas para uma reflexão sobre a responsabilidade social da empresa, tendo como referência a tábua axiológica fixada pelos princípios constitucionais.

O Professor Doutor Mateus Eduardo Siqueira Nunes Bertocini e o Mestre Felipe Abu-Jamra Corrêa, no artigo *Processo eletrônico como instrumento da cidadania* argumentam que o processo eletrônico vem se apresentando como uma das soluções possíveis para o problema da morosidade da justiça brasileira, constituindo-se num importante mecanismo destinado a conferir uma maior eficiência à prestação jurisdicional, permitindo a redução de custos e do tempo de tramitação do processo.

Boa leitura!!!

O editor